

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 116

Acrescenta § 1º-A ao art. 156 da Constituição Federal para prever a não incidência sobre templos de qualquer culto do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ainda que as entidades abrangidas pela imunidade tributária sejam apenas locatárias do bem imóvel.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 156 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º-A:

“Art. 156.

§ 1º-A O imposto previsto no inciso I do **caput** deste artigo não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que as entidades abrangidas pela imunidade de que trata a alínea “b” do inciso VI do **caput** do art. 150 desta Constituição sejam apenas locatárias do bem imóvel.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 17 de fevereiro de 2022.

CONGRESSO NACIONAL

Mesa da Câmara dos Deputados

 Deputado Arthur Lira
 Presidente


 Deputado Marcelo Ramos
 1º Vice-Presidente


 Deputado André de Paula
 2º Vice-Presidente

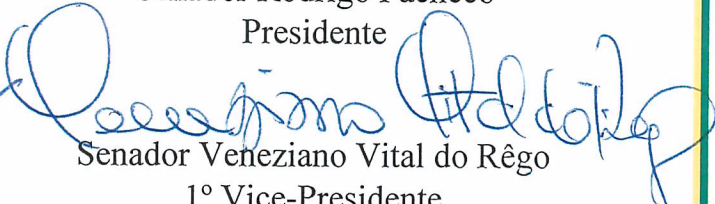

 Deputado Luciano Bivar
 1º Secretário


 Deputada Marília Arraes
 2ª Secretária


 Deputada Rose Modesto
 3ª Secretária


 Deputada Rosângela Gomes
 4ª Secretária
Mesa do Senado Federal

 Senador Rodrigo Pacheco
 Presidente


 Senador Veneziano Vital do Rêgo
 1º Vice-Presidente


 Senador Romário
 2º Vice-Presidente


 Senador Irajá
 1º Secretário


 Senador Elmano Férrer
 2º Secretário


 Senador Rogério Carvalho
 3º Secretário


 Senador Weverton
 4º Secretário